



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

CÂMARA TÉMÁTICA

REESTRUTURAÇÃO DO CNPC

Ata da 19ª Reunião da Câmara Temática de Reestruturação do CNPC

Data: 16 de março de 2026

Horário: 10:00 – 12:05

Local: Reunião virtual via Microsoft Teams

Participantes:

Nome	Organização/Representação
Conselheiros Sociedade Civil	
Luiz Vitelli	Conselheiro (Sociedade Civil)
Thaynã Paes	Conselheiro (Sociedade Civil) – Coordenador da Câmara Temática de Reestruturação do CNPC
Conselheiros Poder Público	
Fabiano Piúba	Conselheiro - Secretário da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (Sefli/MinC)
Thiago Rocha Leandro	Conselheiro - Secretário da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic/MinC)
Coordenação-Geral o CNPC	
Daniel Balabram (Samam)	Coordenador-Geral do CNPC
Diego Rodrigo da Silva Pinto Santoro	Coordenador do CNPC
Lindivaldo Oliveira Leite Júnior	Secretário Executivo do CNPC
Vinícius Prado Januzzi	Coordenador do CNPC
Convidados	
Osiris Vargas	CONJUR-MinC

1. Pauta da Reunião

1. Boas-vindas ao novo conselheiro e aprovação da ata da reunião anterior.
 2. Justificativas técnicas sobre a transmissão e gravação da reunião.
 3. Debate sobre os passos pós-reunião extraordinária e o processo de reestruturação.
 4. Elaboração do relatório de trabalhos da Câmara Temática de Reestruturação.
 5. Encaminhamentos e preparação para a reunião plenária de abril.
-

2. Deliberações e Debate Técnico

A. Expediente Inicial e Questões Técnicas

A reunião foi aberta pelo Coordenador Vinícius Januzzi, que iniciou com a recepção de Thiago Rocha Leandro, novo Secretário da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic/MinC), conduzido para ocupar a cadeira do seu antecessor no Conselho pelo Poder Público. Thiago agradeceu a acolhida e indicou que, embora estivesse assumindo formalmente agora, já acompanhava os debates e o histórico da Câmara e do plenário.

Sobre a **Aprovação da Ata**, o conselheiro Thaynã Paes informou que não havia localizado o documento em seu e-mail, tendo tido acesso apenas à ata da reunião extraordinária. Vinícius Januzzi esclareceu que o envio ocorreu anteriormente, mas comprometeu-se a reencaminhar o arquivo imediatamente para que a aprovação formal ocorra por e-mail ou na próxima oportunidade, garantindo que o fluxo de publicidade no site não seja prejudicado.

Thaynã Paes questionou a **ausência de transmissão ao vivo**, um descumprimento da Instrução Normativa da Ministra, que prevê a publicidade em tempo real. Vinícius Januzzi justificou que o Ministério da Cultura enfrentou uma manhã de instabilidade técnica severa, com a perda da sala física reservada e a interrupção total do serviço de internet até as 09:30. Embora a internet tenha retornado parcialmente, a instabilidade inviabilizou a transmissão, restando apenas a gravação local para disponibilização posterior no site.

B. Avaliação Política da Reestruturação e Conflitos Metodológicos

- **A Crítica da Sociedade Civil:**

O ponto central da reunião concentrou-se na avaliação crítica do processo de reestruturação do Conselho. Nessa parte, a fala do coordenador da Câmara Thaynã assumiu papel central no debate, tendo ele declarado, de forma expressa, que “o que foi feito foi muito desacordo (...) com o que a gente estava construindo, com o que estava sendo combinado”, acrescentando que considerava a atitude adotada “muito desrespeitosa” em relação a tudo o que vinha sendo construído pela Câmara e que havia ficado “muito

chateado”, por entender que houve quebra de pactuação e desconsideração ao acúmulo coletivo produzido no processo.

Ao desenvolver sua manifestação, Thaynã Paes lembrou que a Câmara vinha trabalhando, desde o início, numa concepção de reestruturação que não se limitava aos colegiados, mas buscava uma participação mais sistêmica, articulada também às regiões e aos estados. Segundo ele, após a paralisação dos debates em janeiro de 2025, teria retornado ao processo uma proposta já pronta por parte do Ministério, centrada apenas na lógica dos colegiados, o que, a seu ver, afastou a Câmara daquilo que ela vinha efetivamente construindo. Em seguida, enfatizou que a proposta da sociedade civil foi elaborada com base no acúmulo da Câmara, nos relatórios da quarta Conferência e nas escutas realizadas com conselhos estaduais, mas que esse conjunto não teria sido adequadamente considerado, afirmando ainda que “quem deixou de trazer isso para discussão e tá deixando isso de lado e tá definindo o que quer e o que não quer de forma unilateral é o próprio ministério”.

O conselheiro pontuou que o uso da Câmara de Colegiados Setoriais para validar uma proposta do governo foi uma forma de contrapor instâncias e esvaziar o acúmulo desta Câmara Temática. Thaynã também destacou que a votação ocorrida no plenário tratou apenas das cadeiras da sociedade civil no Pleno do Conselho, deixando lacunas graves em temas que a Câmara trabalhou exaustivamente. Foram elencados como pontos "esquecidos" ou ignorados pelo e-mail ministerial: As atribuições específicas do Conselho frente ao Sistema Nacional de Cultura; a alocação orçamentária e a estrutura administrativa; a criação de uma Comissão de Ética e transparência; a incidência do Conselho sobre a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); o pagamento de jeton aos Conselheiros. Nesse sentido, indagou objetivamente se ainda haveria espaço para discutir tais aspectos antes do fechamento do decreto, sintetizando sua preocupação: “Eu queria entender isso, se o decreto já vai ser pronto mesmo daquele jeito que vocês vão encaminhar ou (...) se vai ter algum momento que a gente vai discutir (...) o que a gente trouxe, o que a gente estudou, o que a gente trabalhou”.

As falas de Thaynã receberam apoio parcial de outros conselheiros. Felipe Vitelli afirmou concordar com a maior parte das pontuações feitas por ele e também manifestou estranhamento quanto à forma como o processo foi conduzido, sobretudo pela presença da proposta governamental em meio ao debate da sociedade civil e com o fato de conselheiros da sociedade civil terem votado com a proposta do governo na reunião anterior, embora tenha reconhecido que o resultado da votação deveria ser respeitado. Vitelli sustentou que o fundamental, dali em diante, seria assegurar continuidade ao processo, fortalecer o diálogo entre as câmaras e garantir que o legado deixado por aquele mandato protegesse o Conselho de futuros retrocessos institucionais, como os ocorridos entre 2018 e 2022.

- **A Defesa do Legado e da Formalidade:**

Por sua vez, Thiago Leandro Rocha ponderou que, embora tivesse ingressado recentemente na Câmara, entendia ser necessário separar dois planos de análise: um de avaliação crítica e autocrítica do percurso adotado e outro relativo aos encaminhamentos materiais e formais necessários para a continuidade do processo de reestruturação. Reconheceu que o processo “podia sim ter sido feito de outra forma”, reafirmou a legitimidade das críticas apresentadas e enfatizou que a principal preocupação deveria ser a consolidação de um legado institucional duradouro para o CNPC.

Lindivaldo Jr. ressaltou que, apesar dos conflitos, não se deveria desconsiderar o avanço obtido ao longo do trabalho da Câmara, frisando a importância dos estudos realizados, das escutas promovidas e das contribuições acumuladas no processo. Defendeu que o relatório final da Câmara deveria registrar esse percurso de forma consistente, tanto para fins de memória institucional quanto para servir de base à fala dos conselheiros na reunião plenária final do mandato. Também sustentou que seria importante evitar a interpretação de que o governo teria colocado sociedade civil contra sociedade civil, bem como afastar a narrativa de rejeição formal de proposta de decreto que, segundo observou, não chegou a ser efetivamente submetida a votação.

Fabiano Piúba, ao ingressar posteriormente na reunião, reforçou a leitura de que o processo teve lacunas e prejuízos decorrentes do calendário, mas avaliou que ainda assim produziu uma entrega importante para o reposicionamento do CNPC. Relembrou que o CNPC foi esvaziado no passado e que só não foi extinto por conta do artigo 216-A da Constituição. Piúba afirmou que a retomada dos colegiados setoriais é um compromisso da gestão e uma demanda direta da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Ele garantiu que a participação social será “explodida” positivamente pela presença massiva da sociedade civil nos colegiados, que são instâncias do próprio CNPC.

C. O Conteúdo do Decreto e as Atribuições do Conselho

Em nova intervenção, Thaynã retomou a palavra para afirmar que, embora a composição já tivesse sido votada, o essencial naquele momento era garantir debate democrático sobre os demais elementos da reestruturação. Assinalou que, se houvesse disposição para que essas contribuições fossem efetivamente apreciadas no plenário, isso representaria um avanço importante e contribuiria para recompor o ambiente político da reunião final. Propôs, inclusive, que o primeiro dia da próxima reunião plenária fosse dedicado à discussão do quadro de contribuições ao decreto elaborado por Vinicius, e declarou que, com essa possibilidade, “o relatório já sai com um tom diferente”, evitando a impressão de que teria havido decisão unilateral sem debate.

Os conselheiros da sociedade civil presentes reforçaram a necessidade de que o Plenário se manifeste sobre a proposta de reestruturação em outros aspectos, tão ou mais importantes que a composição aprovada na reunião extraordinária. Pedem que o MinC

reavalie seu posicionamento quanto ao envio para a Casa Civil sem essa deliberação dos conselheiros no Plenário.

Indicam, ademais, que a próxima reunião pode ser mais extensa em duração, para contemplar a relevância e a extensão dos debates necessários deste processo e que esperam que o MinC compreenda a necessidade de pactuação com a sociedade civil nesse momento e não desperdice o acúmulo até aqui.

D. Encaminhamento do Relatório Final

No bloco final da reunião, passou-se à discussão sobre o relatório da Câmara. Thaynã defendeu que o documento retomasse elementos do relatório parcial anteriormente produzido e incorporasse, ainda que como anexos, os pareceres, estudos técnicos, escutas, documentos e demais registros do processo, de modo a evidenciar a amplitude do trabalho realizado. Afirmou que o relatório deveria cumprir sua formalidade institucional, mas também demonstrar o acúmulo político e técnico gerado pela Câmara, permitindo que esse conteúdo servisse de referência pública e de base para a deliberação final no plenário.

Thiago Leandro sugeriu que a equipe técnica elaborasse uma minuta inicial do relatório, a ser posteriormente validada e ajustada pelos conselheiros, inclusive em documento compartilhado, por entender que isso seria mais viável diante do prazo disponível. A proposta foi acolhida por Vinicius Prado Januzzi, que se dispôs a reunir o material já produzido, encaminhar o relatório parcial e os documentos complementares e abrir um documento online para comentários, evitando ruídos de comunicação e permitindo revisão coletiva.

Como encaminhamentos, ficou indicado que a equipe técnica elaboraria minuta de relatório final da Câmara com base nos registros já existentes e nas contribuições apresentadas pelos conselheiros; que o documento seria submetido à apreciação coletiva, possivelmente por meio de ferramenta online; que os documentos técnicos e relatórios anteriores poderiam constar como anexos ou referências do relatório final; e que a discussão sobre o conteúdo mais amplo da reestruturação, especialmente quanto às atribuições do Conselho, estrutura, alocação institucional e demais elementos do decreto, deveria ser levada ao plenário final, com possibilidade de organização específica de pauta para esse fim.

Ao encerrar a reunião, os participantes ainda trataram da convocação da próxima reunião plenária, prevista para o início de abril, possivelmente em formato presencial, dependendo de consultas internas e de agenda ministerial. Nesse momento, Thaynã registrou mais uma fala de destaque ao solicitar que fosse garantida a presença da Ministra na reunião final, afirmando: “Senhores, garantir a presença da ministra nessa é importante, viu, pelo menos na última”. A coordenação informou que esse já era um esforço em curso.

4. Encerramento

Vinicius Januzzi encerrou a sessão agradecendo a paciência com os problemas técnicos e ressaltando que, apesar das divergências de método, há uma convergência total sobre a necessidade de um CNPC forte e inatacável institucionalmente. A próxima reunião ordinária do Plenário, de caráter plenário e presencial, está prevista para o início de abril.

3. Próximos Passos

Ação	Responsável	Prazo
Reencaminhar Ata: Enviar a ata da última reunião ordinária para aprovação formal.	Vinicius Januzzi	Imediato
Minuta do Relatório Final: Redigir o relatório consolidado e disponibilizar no Drive para contribuições.	CGCNPC	Até a próxima semana
Quadro Comparativo do Decreto: Refinar o quadro de contribuições (atribuições, ética, orçamento) para o Pleno.	CGCNPC	Até a plenária
Planejamento da Plenária: Propor que a reunião de abril tenha 3 dias para permitir o debate item a item do decreto.	Secretaria Executiva	Abril/2026

4. Considerações Adicionais:

O conteúdo desta ata foi revisado e complementado com as contribuições dos conselheiros, visando registrar com maior precisão a relevância dos debates e as sínteses produzidas. Para o detalhamento das discussões, anexa-se a transcrição integral da reunião, com especial ênfase às intervenções do coordenador da Câmara Temática de Reestruturação do CNPC, Thaynã Paes.

Transcrição

19ª Reunião Ordinária da Câmara de Reestruturação

16 de março de 2026

DANIEL BARBOSA BALABRAM - COORDENADOR-GERAL DO CNPC.

Thiago Rocha Leandro. Bem-vindo, camarada, assumindo a cadeira no conselho.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Valeu Samam. Obrigado, pessoal.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

É, bom, beleza. A gente tinha mandado para vocês, né? Thaynã, coordenador, tinha me pedido os documentos, né? É, em relação aos pareceres da Conjur. É, a gente tem, segundo o que a gente propôs aqui... né? E a gente tá sempre fazendo essa conversa. Deixa eu só abrir certinho o documento. Acho que o primeiro ponto que a gente não tinha colocado aqui, mas acho que é a aprovação da ata da última reunião. E aí pergunto a vocês se há algumas considerações e os outros dois pontos são os passos pós-extraordinários em relação à reestruturação e o segundo, o relatório de trabalhos da câmara.

Então já passo, se puder, pergunto a vocês se vocês conseguiram ter acesso ao documento da ata, se há indicações sendo feitas ou se ela pode ser aprovada como está, né? E já indico também que todas as gravações que a gente está tentando fazer, é colocar as gravações imediatamente logo após a reunião. Então a ata vem depois, as gravações já estão todas disponíveis no site. Pra gente evitar qualquer problema com essa disponibilização.

A gente encaminhou, se não me engano, para vocês assim que elas ficaram prontas, agora no mês de março, né?

Então pergunto aos conselheiros Thaynã, conselheiro Thiago, conselheiro Vitelli, né, se vocês conseguiram ter acesso, porque se a gente aprovar, a gente já disponibiliza ainda hoje dentro do site.

Você quer ativar o microfone, Thaynã?

THAYNÃ PAES

Bom dia. Bom dia. Tudo bem? Seja bem-vindo aí, Thiago. Bom demais. Parabéns aí pela nomeação, que

você continue aí presente com a gente, né? Você sempre já acompanhava esses trabalhos.

Eu não vi essa ata, Vinícius. Eu vi a ata da reunião extraordinária, sabe? A ata da reunião da Câmara... Você enviou, mas eu não localizei ela no e-mail, era o que você está falando, que eu tô... Eu vi os pareceres, né? Mas a ata eu não vi.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

A gente tinha encaminhado, acho que foi no mesmo dia. O que a gente pode fazer é reencaminhar. Posso até... eu envio, pelo e-mail do CNPC. A gente reencaminha se vocês acharem... Se a gente não tiver condição de aprovar por aqui pela reunião, a gente pode aprovar ou mudá-la por e-mail, se for o caso, e se for necessário, vamos indicando. É uma alternativa. E qualquer coisa em outra reunião, se for o caso. Mas eu vou localizá-la e enviar para vocês de novo.

Vou responder no e-mail, encaminhando de novo, tá bom?

THAYNÃ PAES

Obrigado.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Eu posso fazer isso depois, para não atrapalhar a continuidade da reunião.

Nosso outro ponto de pauta, né, acho que vem muito das conversas que a gente teve, né, das indicações que foram feitas por e-mail, né, enfim, conselheiro Thaynã, mas outros conselheiros apontaram também, a gente, né, considerou que esse ponto era bom, né, para que seja discutido, para que vocês, né, enfim, apresentem considerações, se for o caso, e para também que, né, enfim, caso os conselheiros do poder público queiram se manifestar. A gente, enfim, né, para que seja ponderado, né, esses encaminhamentos, a partir da reunião extraordinária. E aí, em seguida é o relatório, mas acho que o relatório a gente pode deixar para depois. Então, eu não sei se vocês já querem se manifestar agora, né? Convido, se for o caso, também o secretário executivo Júnior para indicar, né, como é que o poder público agiu durante esse processo, né? Enfim, é, mas passo as primeiras palavras aos conselheiros da Câmara que têm essa prioridade de fala.

THAYNÃ PAES

Eu queria nesse caso... Bom, Vitelli?! Chegou bem aí? Bom te ver também, companheiro. É... nesse caso é mais entender mesmo, né? Qual qual foi a metodologia e o procedimento que o Ministério adotou que até agora não consegui compreender direito.

E, só uma dúvida, o Fabiano ele tá sem suplente nomeado pra câmara, até então? Porque a Mariângela saiu já tem um tempo, né? E outra...

DANIEL BARBOSA BALABRAM - COORDENADOR-GERAL DO CNPC.

Tem suplente... é o Jeferson Assunção, ele foi encaminhado na última reunião inclusive. Ah, já saiu a portaria dele. Eles estão terminando uma reunião, os dois. Estão acompanhando uma reunião e estão entrando já. A secretária deles já avisou aqui a gente, eles já estão para entrar aqui conosco.

THAYNÃ PAES

Beleza. E só pra colocar, também, que o Vinicius colocou no grupo, acho que é bom colocar na reunião que registra, né, que foi solicitado a transmissão da reunião como tá lá na instrução normativa da ministra. É, então o que que aconteceu, né? Por que que ela não tá sendo transmitida?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Essa parte eu respondo tranquilamente. Thaynã, o que a gente fez, assim que você pediu o e-mail, a gente encaminhou para... primeiro reservou a sala e foi realizada a última reunião extraordinária, inclusive, né, que é a sala 735 do MMA, porque ela é melhor tecnicamente para fazer isso, estava reservada. E pediu para Ascom, né? E aí, o rolo todo é que hoje cedo a gente perdeu a sala e ao mesmo tempo o MinC acordou sem internet, por algum motivo que a gente não sabe qual. A gente até chegou a cogitar, servidores e os conselheiros, a fazer essa reunião de casa, mas a internet por volta de nove e meia voltou. Mas ela ainda está instável, o que prejudica sobremaneira qualquer possibilidade de transmissão, né? Então, foi por isso, basicamente. Agora, assim, digo que até a fala sobre a gravação foi um pouco nesse sentido, né, de que a gravação estará tão logo a gente consiga salvá-la, disponível. Mas é assim, falhas técnicas e de internet, a gente procurou desde o começo fazer essa transmissão. Mas é bom indicar oficialmente mesmo, de fato.

Bom... posso? É, Thaynã tinha questionado, né, sobre os passos do ministério nesse processo. Acho que era uma indicação, né? Thaynã, você quer fazer mais algum comentário? Ou já quer ouvir os conselheiros.

THAYNÃ PAES

Eu quero mesmo entender o que foi feito. Porque, para mim, o que foi feito foi muito desacordo, né, com o que que a gente estava construindo, com o que estava sendo combinado. Foi uma grande surpresa. Não tão grande, mas... foi uma surpresa ainda, né? Acho que foi muito em desacordo, né, apesar de todas as dificuldades que a gente tem caminhado, né, até nas relações aqui no processo da câmara, eu acho que essa atitude pra mim, assim, ela foi muito desrespeitosa ao tudo que a gente construiu. Apesar de já ter acontecido muita coisa que me surpreendi aqui, essa pra mim foi a pior, assim, sabe? Que mais assustei assim, porque, né? Fiquei muito chateado mesmo, pois não esperava. Pelas relações humanas mesmo, eu achei que foi, foi pra além da conta. Mas aí queria entender, talvez eu não entendi direito o que aconteceu.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Júnior, você quer falar, quer comentar? Thiago... o ideal seria o Piúba comentar, porque ele participou de todo o processo da câmara. Jeferson, enfim, ainda não teve presença numa reunião.

Você ia falar, né? Tô te olhando, eu não sei se ele ouviu.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Então pessoal, veja, eu estou entrando na câmara agora, né? Então, não vou conseguir contribuir tanto. Mas eu acompanhei, Thaynã, Vitelli, sabem, a gente sempre tenta acompanhar os debates da câmara. Do CNPC, dessa discussão toda, tava acompanhando a última reunião do plenário, tal. Então, veja, dessa parte da inter-relação pessoal... eu não consigo, naturalmente, opinar, é um processo que vai muito das partes envolvidas, com subjetividades inerentes.

Agora, em relação ao que eu acompanhei, da última reunião do pleno, entendi que havia divergências, havia duas propostas divergentes. Mas que, depois de um amplo debate, teve um processo de votação e sagrou-se uma proposta consolidada. É, não foi unânime, teve um voto contra, teve alguns conselheiros que se abstiveram, mas... do ponto de vista do andamento, eu acho que a autocrítica é sempre válida. A gente vê... olha, podia ter sido melhor debatido, podia ter sido melhor construído para chegar num consenso. Mas, do ponto de vista de um encaminhamento, eu até estranhei ter reunião da câmara. "Ah, não, mas o plenário já decidiu", me explicaram que não. É um procedimento que anda na paralela... É, então, assim, me corrijam se eu estiver errado. Mas eu acho que a gente tem que dividir essa fala, essa avaliação em dois aspectos. Um é um encaminhamento material, formal, daquilo que já foi deliberado pelo plenário. A gente tem que seguir o curso do novo desenho, iniciar o processo eleitoral, conforme deliberado na última reunião. E o outro é um processo de avaliação desse percurso, do que pode ser melhorado, do que pode ser corrigido, do que pode ser pactuado, repactuado e aprendido, para essa relação dialógica entre governo e sociedade civil, entre estado e particulares, assim, no sentido amplo.

Todo mundo concorda no mérito, né? Mas eu proponho, sem prejuízo, a gente pode ter essa fala, pode ter uma avaliação de uma percepção pessoal, individual, de cada integrante desse conselho, mas eu acho que a gente não pode perder o foco dessas duas esferas. É um processo avaliativo e eu acho que faz parte dos trabalhos também fazer essa avaliação crítica, autocrítica. Agora, o outro, só pra gente não perder muito foco do tempo, estamos aqui até meio-dia, é de ver os encaminhamentos formais que precisam para a última reunião do pleno do conselho.

Mas, daquilo que me cabe, apesar de estar entrando... em nome do Ministério da Cultura, eu tenho uma visão crítica de alguns elementos. Eu acho que podia sim ter sido feita de outra forma, alguns elementos que a gente já teve embates grandes de discussão, de divergência e acabou chegando, não é que todo mundo fica feliz, mas faz parte de um processo dialógico de conselho, de votar, de contribuir, de cobrar. Sempre brinco, conselho não é pra dar massagem, sociedade civil é pra cobrar mesmo. E ao poder público cabe, também, ouvir, refletir. Mas ao mesmo tempo não abrir mão do andamento das coisas. Mas fica um pouco prejudicada minha avaliação por não estar tão dentro do processo, né? Então, também, tô aqui muito mais pra ouvir, para aprender, mas não queria que a gente perdesse esses dois eixos. Uma avaliação crítica, autocrítica e reflexão, e outro dos encaminhamentos formais e materiais necessários aí pro andamento do novo desenho do conselho.

LINDIVALDO JR.

Eu posso? Então, eu queria fazer uns comentários também.

A primeira coisa que eu acho importante pra gente... tem um lado que muitas vezes nas reuniões ou nos comentários a gente esquece, a gente tem que, também, ter a consciência de que muita coisa andou, avançou. Esse processo de discussão da reestruturação do CNPC, o compromisso que a gente assumiu lá no começo de fazer junto, a despeito do próprio... não só o perfil, mas do que diz o decreto, das atribuições do Conselho. Os debates foram muito importantes ao longo do tempo e o Conselho, sociedade civil, não tô falando, nem dividindo governo e sociedade, o Conselho teve um papel importante. E a Câmara também conduziu, houve um trabalho ao longo desse período que a gente não pode jogar fora, vamos dizer assim. A gente precisa positivar isso, o quanto se avançou no debate, do quanto se fez estudos, discussões que levaram cada um dá gente a compreender qual o melhor formato para o novo modelo de conselho. Então, para mim, uma questão que é fundamental é a gente não esquecer o que se conseguiu debater, ajudar a acelerar a partir dos diálogos nessa câmara e da relação, vários encontros, as relações regionais, quanto isso foi importante para a gente compreender a necessidade do novo formato do conselho, mas, também, do quanto esses debates estão ajudando outros conselhos a se reorganizar, com base na lei do sistema. Então, eu não jogaria fora a importância da Câmara, inclusive, até falei para os meninos aqui, a gente precisa ter um bom relatório do que foi esse trabalho, para a gente olhar para esse percurso como algo incrível de aprendizado em termos de construção de modelo de conselho e de diálogo junto à sociedade e de formato do próprio estudo sobre reestruturação com base na lei 14.835.

Então, acho que isso é a primeira coisa. A segunda é que é claro que a gente tem um compromisso aqui, entre os nossos aprendizados, a fazer uma avaliação crítica nossa. E como a gente teve em alguns momentos... em vários momentos, a gente não conseguiu ter uma unidade no sentido para levar a uma boa reunião do conselho e dirimir conflitos. Então a gente tem que fazer mesmo essa autocrítica de que a gente em determinados momentos não conseguiu. Aqui eu tô falando isso, eu nem sou conselheiro, mas, aqui na nossa equipe, eu tenho aí uma responsabilidade em relação a contribuir para a melhor condução dos processos. Então, eu sei dos problemas que a gente viveu aqui, mas eu não quero jogar na lata do lixo tudo que foi construído nessa câmara por causa do problema ou de conflitos que aconteceram no “pré” e na própria última reunião.

Bom, é, eu toda vez que eu falo com os números. Mas enfim. Então não jogaria, acho que a gente tem que botar isso num bom relatório do que foi esse período do conselho, porque é uma tarefa incrível, fundamental esses estudos sobre reestruturação de um conselho de política cultural, culminando com o formato.

Acho que é importante dizer que há, para alguns... e aí, talvez a gente tenha conseguido ainda recuperar alguma coisa da relação, quando na reunião anterior, da Câmara de Colegiados Setoriais, traz a presença dessa outra câmara aqui. Eu acho que o diálogo entre as duas câmaras é um caminho importante para nós, por quê? Quando a gente ali com Carmen, com conselheiros, trouxera... conselheiras no caso - lá estão as mulheres -... elas conseguiram encontrar um caminho para dizer para a gente volta à lógica do colegiado, para entender o colegiado como ponto central para a estruturação do novo modelo de conselho. Então elas deram uma sacudida para a gente redirecionar o trabalho. Porque a outra câmara, poderia ter sido uma só, mas a outra câmara é também de reestruturação. Então, a gente chamou uma de reestruturação

e outra de colegiado, né? No entanto, as duas são de reestruturação. O que nos cabe é pegar o que é de melhor nisso, como é que a gente pode avançar no processo, como é que a gente pode pegar os subsídios entre as duas câmaras e segue organizando a restauração porque o próximo passo agora é de fato organizar o processo eleitoral. Pensar bem em relação aos setoriais, porque eles são fundamentais para essa relação ampla que a gente vai viver, riquíssima, com o setor cultural brasileiro. Fruto dos debates, entendeu? Não é ganhou ou perdeu. É o resultado de um debate que levou a tal, que levou aquelas mulheres a trazerem pra gente um questionamento e ajudar a redirecionar. Que eu achei um ganho incrível.

Agora, também não quero dizer que algumas metodologias de reunião não trouxeram pra gente conflitos e a gente não pode se esquivar dele, né? Mas acho que a gente tem que superar.

Por fim eu acho que é a gente se atrapalha quando tem reunião híbrida, com muita presença virtual. Eu acho que a gente tem que corrigir porque o próximo passo de um conselho nacional de política cultural, na próxima quadra, será um conselho grande, um conselho com diversidade gigante, com a força do setor cultural, sabe? Então, acho que acho que a gente viveu um momento incrível de aprendizado e precisa buscar melhora, mas buscando consenso, buscando se articular, buscando conversar previamente, preparar a reunião conversando, né? Próximo passo da gente é um é um desafio gigante, né?

São essas questões que eu queria observar.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Obrigado, Junior. Thaynã, você é o próximo inscrito. Eu só queria informar que eu encaminhei a ata. Mande agora para todo mundo.

THAYNÃ PAES

Tá, bom demais! É... assim que der vou dar uma olhada e faça umas contribuições.

Eh... Thiago que que entrou depois. Bom, Thiago, a gente tá um bom tempo aí com esse trabalho da câmara. A gente começou mesmo antes... na posse a gente já começou os trabalhos. E era isso, a gente tava fazendo reunião e construindo junto. A câmara tava deliberando com muita incidência da coordenação, mas a câmara tava deliberando, tava discutindo mais com a coordenação do que com próprios conselheiros do governo, mas tava havendo ali um acordo, um entendimento das coisas, entendeu? Aí, em janeiro de 2025, a gente não conseguiu mais seguir esses debates dentro da câmara. Foi a última reunião que a gente, de fato, deliberou e discutiu o teor da reestruturação e, pelo que tudo indica, foi um desacordo, né? O que que a gente enquanto câmara tava construindo e a câmara tava, sabe, Thiago e colegas, de modo geral, tinha sim, o Vitelli lembra muito disso. Acho que todo mundo lembra muito disso, né? A ideia da câmara era, de fato, não focar apenas nos colegiados. Tentar pensar uma participação mais sistêmica mesmo, sabe? Ligada às regiões, a gente chegou até a pensar e a voltar à questão dos estados. Enfim, todo mundo da câmara tinha essa ideia. Aí depois dessa paralisação foi voltar com uma proposta já pronta pelo ministério. Aí era a proposta dos colegiados, só os colegiados. Então, como o Júnior colocou, não foi a câmara dos colegiados que trouxe a proposta de ser apenas os colegiados, foi o próprio Ministério da Cultura. Aí teve aquela reunião, não lembro se você participou, Thiago, que foi

apresentada essa proposta do governo e a sociedade civil, de modo geral, se colocou bem contrária. Foi uma reunião até um pouco tensa nesse sentido, mas, se entendeu que não estava de acordo, né? Aí, depois disso, que o pessoal resolveu reativar e chamar a Câmara dos Colégios e discutir com os colegiados a proposta do Ministério, já que na Câmara de Reestruturação a gente estava se negando a discutir essa nova proposta. Porque a gente queria continuar discutindo o que que a gente estava construindo na Câmara, né? A gente entendia que essa proposta não era fruto da Câmara. Mas, encontrou-se nos colegiados uma forma, a meu ver, de conseguir respaldar uma proposta do Ministério. Adequando uma questão ou outra mais que o colegiado colocou, né, que aí mudou umas cadeiras, os formatos, mas basicamente a estrutura era aquela, né? E foi isso... a questão que eu acho mais grave de todas, além dessa, de contrapor duas câmaras e colocar o trabalho de uma câmara na frente da outra. Porque o trabalho dos colegiados, a última reunião dos colegiados eu vi, eu vi que o pessoal tava fazendo os trabalhos do colegiado. Que era discutir como que vai funcionar os colegiados. Era isso, né? Não era a reestruturação, não era com eles. Era o que seria dos colegiados. Acabou que essa câmara definiu, junto com o Ministério, a partir do Ministério, em acordo com o Ministério, o que seria essas cadeiras do Pleno. Mas aí votou na reunião, eu tenho minhas críticas ao processo da reunião, eu acho que ela não foi bem conduzida. O Vinícius fez um quadro que eu acho que foi bem representativo, das demandas que a gente fez, porque nesse meio tempo que o ministério fez uma proposta, a gente, enquanto sociedade civil, sem o apoio da câmara, sem a estrutura do ministério, se reuniu e propôs, até uma minuta bem grande, com uma série de atribuições do conselho, alocação, a questão sobre orçamento, incidência em todos os componentes do sistema, um pouco de controle sobre o que que é comissão intergestora tripartite que também foi criada sem a devida discussão e contribuição do conselho. Então a gente colocou muita coisa desse acúmulo todo da câmara e das questões da sociedade civil, mas, quando a gente construiu essa proposta de minuta da sociedade civil, ela tá muito baseada nos trabalhos da câmara, no que que a gente colheu da câmara do relatório, em referente à quarta conferência, das escutas que a gente fez com todos os conselhos estaduais, teve um relatório. Então, a gente olhou tudo isso para poder compor essa texto. Então, se levou para votação, a meu ver, o que que já tava ali acordado, que já tinha sido por meio dessa relação, que eu acho, da forma que foi, um pouco questionável, mas até aí eu acho que tá dentro da legalidade. É o que que a questão das cadeiras do pleno, né? Então a gente votou só as cadeiras do pleno da sociedade civil. A gente não falou sobre o poder público; que a gente discuti muito sobre isso, a questão de ter outros ministérios, a gente não votou isso; a gente não falou sobre as atribuições do conselho, que é a parte mais cara, mais importante, né? A gente não falou sobre a locação do conselho, não falou sobre o orçamento. Então toda essa contribuição, que o Júnior fala que não se deve jogar fora, eu também acho, mas, a meu ver, quem deixou de trazer isso para discussão e tá deixando isso de lado e tá definindo o que quer e o que não quer de forma unilateral é o próprio ministério. A gente tinha expectativa de que, né, tanto que o Vinícius construiu esse quadro. Eu acho que na cabeça do Vinícius também. A ideia era que de fato a gente discutisse as questões que estavam ali, né? Mas se votou apenas uma coisa, com uma votação questionável, porque a gente não conseguiu nem fazer um texto de proposta da sociedade civil, foi feito pelo governo, o que que era o texto da proposta da sociedade civil. A gente tentou construir um texto para ser votado, não foi aceito, né? O texto que foi construído, né, pelo conselheiro da câmara temática lá, o... esqueci o nome dele, que entrou recentemente e que conduzia um pouco das discussões da câmara. Foi um texto que foi construído assim, a gente não teve nem o texto pra ler ele todo, ele foi lido rapidamente, tanto que as pessoas nem sabiam que tinham votado nele. Além, né, é apenas da composição da sociedade civil, a questão das cotas também, né, que a gente tava discutindo as questões das cotas, né e enfim, né, a quarta conferência trouxe muita questão LGBTQI+ mais, né, a gente queria que isso fosse incluso. Então acabou aquela reunião pra mim, né, assim, né, apesar de todas as dificuldades que a gente teve, a gente mantém a linha, né, minimamente de de seguir, né, o que que a gente tava combinado, né, que era debater e e votar, né, e deliberar sobre isso,

nem que fosse no pleno, já que na Câmara não tava sendo possível, né. Aí acontece que depois dessa reunião, né, depois de um bom tempo, né, com os conselheiros pedindo, eh, retorno, né, o governo retorna, manda um e-mail falando que já foi, já mandou o decreto, entendeu? Então, né, nessa questão quando eu falo que pessoalmente, né, é de certo modo eu, né, apesar de tudo que já tinha acontecido aqui, eu achei que aí foi tipo assim, né? É, realmente um um desapreço enorme, né? A tudo, ao tempo, à dedicação, né, à pessoa, às pessoas aqui. Institucionalmente, né, nem se fala, né? Mas chegou até nesse sentido de de pessoalmente eu me senti assim, poxa, as pessoas de fato não não não não não consideram, né? A gente assim, enquanto, né, enquanto, sei lá, né? Assim, da relação mesmo de de respeito mesmo, eu me senti assim nesse sentido. Mas enfim, tô só trazendo aqui, mas eu acho que a questão mesma é entender o que que vai ser feito, né? O decreto, como é que tá? É isso que eu queria entender. Porque o último e-mail, né, que foi enviado, ele fala que da abertura parece que a gente ainda vai discutir alguma coisa sobre o decreto, né, que ele não vai ser unilateralmente decidido pelo governo, com base apenas em uma votação referente à ao que que é, né, o a composição da sociedade civil, né. Então o Júnio falou, pensei que ele trazia alguma coisa em relação a isso. Eu queria entender isso, né, se o decreto já vai ser pronto mesmo daquele jeito que vocês vão encaminhar ou, né, se vai ter algum momento que a gente vai discutir, né, o que que a gente trouxe, o que que a gente estudou, o que que a gente trabalhou, né, e o que que a gente considera que é mais importante até do que o do que do que a composição do plano da sociedade civil, que de fato as atribuições, né, todas a alocação, né, que é onde tá a maior parte dos nossos problemas, a questão de uma comissão de ética, né, enfim, uma série de contribuições foram dadas ali, né, com muito trabalho, muito diálogo e representativa das demandas e foram ignoradas aí, né, pelo que eu entendi no e-mail. Só para contextualizar da forma que eu que eu, né, tô lendo esse processo assim, que infelizmente complicado.

DANIEL BARBOSA BALABRAM - COORDENADOR-GERAL DO CNPC.

Vitelli.

FELIPE VITELLI

Bom dia a todos, todos me ouvindo aí? Tranquilo? É bom dia a todos e todas, no caso, só todos, né? Não tô vendo nenhuma mulher.

E, Thaynã, concordo, cara, com a maioria das pontuações suas, tá? Me estranhou também na questão da forma como foi apresentado, mas o que me estranhou mais ainda foi conselheiros da sociedade se voltarem com a proposta do governo, tá? Apesar de toda aquela formalidade. Mas com tranquilidade, cara, como o Júnior falou, foi pro embate, pro debate e deu aquele resultado, né? Prossegue-se.

Agora pergunto como se dará as próximas reuniões, já que faço uma crítica, não via necessidade naquele momento da Câmara dos colegiados entrar no meio da nossa reunião. Falo com tranquilidade, eu tava ali na condução, mas estranhei, mas parece que forçar a barra da parte, falo com tranquilidade. E isso eu acho que era um momento pra, é pra um outro momento, que ali era a nossa situação, um resultado de nossa construção, tá? E volto a afirmar: estranhou e causa estranheza conceber a sociedade civil tá ali com a proposta do governo. Ponto.

E aqui encerro minha fala e quero também saber se daqui pra frente nossas reuniões vai estar coadunada com a da Câmara do Colegiado Setorial, porque é uma construção. E aí, volto de novo à questão do decreto, como se dará daqui pra frente, pra gente realmente construir para o benefício da coletividade, da

sociedade civil, que aqui somos passageiros da agonia. Mas qual é o legado nosso dessa Câmara, deste Conselho, para as próximas composições e para a comunidade? Essa é minha preocupação. E grato aí.

LINDIVALDO JR.

Eu posso ir ainda? Eu tô todo disciplinado.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Pode falar, Júnior.

LINDIVALDO JR.

E tenho duas questões ainda, pra mim, que eu acho importante. A primeira, que de fato a gente precisa limpar esse entendimento, e isso é uma responsabilidade também nossa aqui, não sei como é que os conselheiros vão pensar isso. Esse entendimento de que há ou houve uma... a gente jogou sociedade civil contra sociedade civil, né? Eu acho que esse é um entendimento, eu não quero dizer que tá o entendimento fulano tá errado falando isso, não. Eu quero dizer que esse é o entendimento de alguns, um ou dois, quantos sejam, mas a gente precisa pensar uma forma de dirimir isso aí, né? De limpar essa história, pra não ficar que a gente fez um jogo, entendeu? Entre sociedade civil e sociedade civil. Não gostaria de ter essa pecha não, é, porque de fato isso não aconteceu, entende? Então, o que... e... e também a gente não empurrou uma proposta de colegiado. Não foi isso que aconteceu. Minha fala foi o contrário, o nosso diálogo com Carmen, com outras, aquelas moças, mais o pessoal da da Funarte que tava acompanhando tem todo um acúmulo da Funarte com cinco ou seis coletivos nacionais e articulação, um debate gigante que levou a trazer a lógica do colegiado de volta, porque até que, particularmente, eu já tinha pensado muito essa coisa do colegiado, é uma coisa que eu sempre insisti: "vamos conversar sobre colegiado, vamos conversar sobre colegiado", porque eu sempre achei que esse era um formato fundamental. Então não queria que a gente... esse entendimento a gente precisava limpar. E eu acho que a gente tem que criar uma forma, uma metodologia para que a gente não chegue na última reunião do conselho como se existissem dois blocos, um brigando contra o outro da sociedade com o governo impulsionando essa briga. Eu acho que não é justo dizer isso do trabalho do governo, que a gente não fez isso. Então, acho que a gente tinha que pensar uma forma, eu não sei, se na última reunião quando teve da câmara dos colegiados que teve presença aberta e que chegou a algum formato, mas a gente precisa botar isso limpo, né, pra gente não chegar e encerrar um processo tão importante do conselho com essa lógica de que a gente fez um grupo e ligar com o outro.

É, então, eu queria... Pra mim é muito importante que a gente limpe isso, né?

Acho que a outra questão, pra gente, importante é o entendimento de que a gente... de que houve uma rejeição de uma proposta de decreto, né? Porque não foi colocado em votação. Então essa narrativa de rejeição do que não foi colocado em votação é muito ruim pra... pra gente, porque não houve colocado em votação pra ser rejeitado.

Então, acho que isso não é bacana pra gente continuar desenvolvendo o trabalho, porque embora o mandato esteja acabando, a gente vai ter aí uma tarefa junto e as relações com a sociedade civil, entre governo e sociedade, esse nosso andamento pro melhor desenvolvimento da participação social por meio

do sistema não encerra quando a gente terminar o mandato desse conselho, entendeu? Então, a gente precisa de fato, é bom que isso se fale aqui, mas é bom também e limpando pra não ficar com informações desconstruídas, né? Eu queria trazer essas duas questões, mas indicar aqui, até saber se o pessoal que tava na última reunião, como é que a gente pode garantir essas contribuições desses dois blocos que discutiram tanto essa mudança do conselho, né? E a última coisa que eu não sei se falei da outra vez.

A gente precisa ter um bom relato do que foram os passos que a gente, que é o resultado do trabalho do conselho, a quantidade de escutas, a conferência, os documentos que foram estudados, que estão postos na página do conselho para as pessoas conhecerem, né, o histórico. Ninguém chegou a falar de conselho vinculado a uma lógica sistêmica, participação ampla, o vínculo com outras legislações. Atoa não, se chegou porque houve uma série de estudos que foram sendo apresentados e chegando a um, a um formato. Então, era isso.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Obrigado. Vitelli você ainda tá inscrito?

FELIPE VITELLI

Quero.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Então temos você, depois o conselheiro Thaynã, depois o conselheiro Thiago, tá bom?

FELIPE VITELLI

Então, eu tô tranquilo na minha fala, pelo seguinte... o conselho é paritário, o poder público tem seus interesses, às vezes a gente converge, tá? É tranquilo isso pra mim. A luta, a construção... é natural e perfeita. Aí agora, vamos colocar na questão... todo o trabalho de Thaynã, quanto de Maria Paula e de Daniel nessa construção, mais conferência, tudo pra mim, na minha leitura, é válido nesse processo. É claro, cara, que a gente, sendo um conselho, tem dois lados, não é jogar um contra o outro. Mas temos a questão de divergência. E divergência se resolve no debate, nos argumentos, sabe? E no resultado disso. Isso pra mim é tranquilo. E adoro isso. Aí chamo Thiago aqui pra roda, né Thiago? Como é que foi a nossa construção dentro da LOC? Quantas divergências, quanto embate gostoso ali para construir a LOC. Inclusive com uma perda que resolve... são dois pontos: um foi na Câmara Legislativa que é o artigo 9 da LOC, e o outro foi aquela redução que a gente queria 16 cadeiras no CCDF e estamos reduzidos a oito, que veio da governança, mas faz parte do processo, né? Como é que foi aquele processo, né, Thiago? Maravilhoso, a construção todinha. Então faz parte do processo isso aí. Eu quero saber qual é o legado desse nosso mandato para a coletividade, para a comunidade.

E aí volto a afirmar e e e fortalecer muitos pontos aí de Thaynã, como também vi todo o envolvimento da parte do poder público, aí citei o nome do Daniel, quanto o da Maria Paula, não me lembro da outra pessoa que a antecedeu, que era antes da Maria Paula, não me lembro.

DANIEL BARBOSA BALABRAM - COORDENADOR-GERAL DO CNPC.

Era a Flávia.

FELIPE VITELLI

Mas foi uma construção. O resultado agora, eu volto a falar... que aquela nossa reunião ali, quando eu até fiz a interrupção, eu tava conduzindo, da própria fala da Carmem, ao entrar ali, eu achei que deveria ser no final. Até porque houve uma construção muito interessante do Vinicius, como da nossa, para poder essa construção. E acho que a gente deveria ainda ter mais ponta ali para ser votado. Aí a gente foi e ficou apenas naquele, né? Perder faz parte do jogo. Não tem jeito.

E eu acho legal, o negócio é não dar W.O, não aparecer em campo pra jogar. Aí pra mim é covardia, tá? Mas tá no embate, o resultado é construção dos dois lados. Independente se houve. Então, nesse sentido, eu acho que a gente ainda tem que dar continuidade nesse processo, principalmente essa câmara tá em diálogo com a câmara lá dos colegiados, porque houve até uma mudança de nomenclatura, né, dos colegiados, né? Houve uma mudança, não foi, Júnior? Não é mais colegiado, acho que é outra coisa agora.

DANIEL BARBOSA BALABRAM - COORDENADOR-GERAL DO CNPC.

Não, é colegiado sim. Ao invés de ser colegiado setorial, a gente usou como colegiado nacional de participação social.

FELIPE VITELLI

Mas vai ter o mesmo valor do que era no passado. Só não pode repetir o passado. Acho que a gente tem que inovar sempre. E aproveitar essa oportunidade, deixar um legado pra sociedade e, principalmente, na questão da gente se resguardar de ter o risco, né, eminente do que foi 2018 para 2022. Então a gente tem que se fortalecer, fechar, para entregar para a sociedade algo permanente e automaticamente que seja alterado de acordo com as necessidades futuras. Tá? Porque a cultura é dinâmica, a arte é dinâmica, a política também é dinâmica. Então, é pra isso... o que a gente não pode dar é ferramenta para aquela turma de 2018 - 2022, no caso, por acaso, se ocupar, rebentar. O cara só não rebentou porque a gente tinha resguardo no 2016-A e outras situações. Agora com o CNC, a gente já tem mais uma outra força para que isso não se repita. É esse legado que eu acho que a gente tem que deixar. Embate divergência sempre vai ter. E eu gosto do... eu gosto do embate, eu gosto da pancada. É bom. E o resultado também.

Estamos juntos.

FABIANO PIÚBA

Pessoal, só dar um bom dia, tava em outra reunião que não acabava, mas já estou aqui. Um bom dia para os senhores. Tô vendo que só tem homem nesse negócio aqui. Isso é um problema gravíssimo.

FABIANO PIÚBA

Olá, Vitelli, Osiris, Júnior, Thiago Leandro, Diego, Daniel e o Vinícius, que são as pessoas que eu estou vendo aqui na tela. Não sei se tem mais alguém.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Somos nós mesmos.

Tá bom, eu vou passar a palavra agora pro conselheiro Thaynã, em seguida ao conselheiro Thiago. Certo? E aí, se alguém quiser se inscrever...

THAYNÃ PAES

É, mas é isso mesmo, né, concordar muito aí com o que que Vitelli trouxe, né? Eu acho que enquanto a gente debate, enquanto a gente delibera, se a gente perde, a gente tem maturidade pra compreender e pode também pontuar como que foi feito, né? E cabe-se críticas no caso da última votação, a forma que se deu a votação. Mas tudo bem, né? O resultado tá ali, foi feito. Mas se houvesse esse desejo, né, a meu ver, de não contrapor câmaras, de não definir com alguns e conseguir passar isso no pleno porque já tinha um diálogo mais voltado pra isso, né? Se deveria ter se reunido as câmaras antes, né?

Já que a câmara do colegiado setorial era a câmara que definiria o pleno do conselho, né? Deveria ter chamado a gente, minimamente, incidir nesse pleno do conselho. Mas não foi feito. Foi feito da forma que foi. E votou-se o pleno do conselho. Ok, né?

Então eu acho que o colegiado, ele tem a função dele de continuar pensando o que que é esse colegiado. E se a gente, se for levado com respeito... esse acúmulo que a gente fez e os trabalhos dessa câmara de reestruturação, a gente tem que ter um espaço para discutir a reestruturação, que não necessariamente vai ter um diálogo tão próximo agora aos colegiados, porque já definiu o plenário, né? Mas a reestruturação, as atribuições do conselho, a estrutura, tudo que a gente trouxe. A questão de jeton, a alocação - onde que vai ficar -, enfim, é muita coisa que a gente trouxe, né, as atribuições do conselho em relação a cada componente do sistema, tudo isso. É isso que eu ainda pergunto, sabe, Júnior, se vai ter espaço para isso. O espaço que a gente entende... é um espaço de deliberação onde a gente olha para aquele texto que o Vinícius construiu, ele pode ser feito na Câmara e levado no pleno. A gente pode conseguir afinar mais na Câmara e levar no pleno ou levar direto no pleno aquilo e fazer o decreto com base nas contribuições do Conselho e não de forma unilateral a partir, apenas, da votação do pleno do Conselho, né? É aí que eu acho que tá o respeito, que a gente pode tentar resgatar ele e terminar com uma impressão razoável entre sociedade civil e governo. Eu acho que é isso... é possível fazer isso? Isso que eu ainda não entendi.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Eu ainda tô entendendo aqui o detalhe, funcionamento da câmara, tal. Mas pelo que eu entendi da dinâmica da reunião, a gente teve esses dois momentos, né? O primeiro, considerando que não tem mais ninguém levantado, era fazer um processo de avaliação crítica, né? E aí, como o Thaynã, mas principalmente o Vitelli colocou. É isso mesmo, pessoal. É crítica e contra crítica e debate e tal, a gente não precisa... Isso faz parte de uma dinâmica saudável de um conselho paritário, né, governo e sociedade civil. Então a gente não tá aqui pensando um texto de uma reportagem, de uma narrativa pública que vai ter

onde todo mundo tem que estar consensuado, tal, né? As percepções individuais e políticas nesse processo de disputa não me cabem, assim... particularmente, eu acho, dizer: "Ah, não... acho que o Thaynã tá equivocado, acho que essa fala do Júnio não cabe, ou então o Vitelli e tal." É normal, né? Então, por exemplo, o Vitelli coloca ali a parte, "ah, dos lados" e tal. Eu teria outra percepção. Acho que, sem romantizar o processo, acho que tá todo mundo aqui de fato pensando no legado, né? Essa fala final do Vitelli foi bem interessante. Porque esse CNPC, essa gestão vai ser lembrada, né, pelo que deixar. A gente tem um cenário muito complexo nesse ano de 2026. E o que que vai ficar de legado a partir de 2027. O que que a turma vai olhar de legado para além de uma perspectiva de percepção, de narrativa, "ah, foi legal, não foi", foi o que é que ficou de concreto, né? Na LOC, aqui no DF, o Vitelli lembra muito bem, ó... foi cacete, né? Foi... não foi só um, teve dia de implodir ali, "essa peste, então deixa pra lá, vai ficar sem, então". Mas no final foi muito necessário. E quando se olha hoje, em história, vê o legado. Se vê menos o processo, se teve embate, se não teve, se foi consenso, se não, mas o processo, porque mudou-se a gestão no GDF, no outro ano, o governo quis acabar com o fundo de cultura, né? Acabar com o conselho de cultura. E aí, não podia porque tava em lei. E tinha amarrado ali uma estrutura.

Mas ficou um legado institucional ali, um desenho de conselho, um desenho do CAFAC (Conselho de Administração do Fundo de Apoio à Cultura), enfim, um desenho. Então, eu acho que superado esse primeiro ponto... superado não... não é superado, "ah, ouvi, pronto". Eu acho que, enfim, tem que refletir mesmo, pessoal. Se a percepção de um conselheiro, de dois conselheiros, de três é crítica, não me cabe aqui estar querendo mudar a percepção dele, posso contrapor, contra-argumentar e tal. Mas acima de tudo, eu, enquanto gestor público, vou refletir. "Ó, alguma coisa deve ter, né?". Também não adianta ficar, Thaynã... o que foi feita, parece válida, bom aspecto. Vamos refletir o que é que dá pra fazer daqui pra frente. Agora, a minha preocupação, que já são 11:20, o conselho de Fabiano entrou também aqui, é pra gente pensar do ponto de vista material agora, que eu acho que esse é o segundo ponto, né? Pelo que eu tinha entendido, tem um relatório que essa câmara tem que fazer. Eu acho que esse relatório tem que ser muito honesto. Dizendo... "olha, foi divergente, né? Teve tantas reuniões..."

O negócio das atas, eu sempre... até me surpreendi, Vinicius, que geralmente é um "cacete" da ata, do termo e tal. Mas eu não esqueço dessa dinâmica da reunião gravada, a minha ata é "conforme link" e ali tem os encaminhamentos, mas o que foi dito tá gravado. Eu tava numa era mais pré-histórica, aí né Vitelli, a gente não gravava as reuniões não, né? Era na ata mesmo e "eu não disse isso, você não falou aquilo"... agora que tem gravação. Eu acho que a ata consegue ser mais sucinta. É, e aí, Thaynã, na minha opinião, aí os óbvio que os meninos vão saber mais. Eu acho que agora é no pleno, né? A gente pode pensar alguma coisa antes, mas o principal, o que não tem como deixar de ser discutido, em termos de decreto, de proposição... é nesse calendário aí para a próxima reunião garantir que seja uma reunião longa, mas que a gente consiga bater todos esses pontos que ainda precisam ser batidos. Mas era isso, pessoal. Eu acho que, enfim, da minha parte, não tô feliz não. Vou ficar refletindo sobre o que cada um falou aqui, mas, acima de tudo, a minha preocupação é com o legado. O que a gente conserta aqui para ficar? A gente tem um tempo curto. E como a gente chegou nesse tempo curto, aí eu acho que é um processo paralelo de avaliação. Mas é como que a gente aproveita pra deixar um legado mesmo. O que é que ficou de desenho, de eleição, o que é que teve de atribuição, de processo, que independente do que acontecer nos cenários eleitorais da vida... que isso não cabe a gente aqui. Queria entender esse encaminhamento também, como é que faz?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Obrigado, Thiago. passo em seguida para Fabiano.

FABIANO PIÚBA

Bom, pessoal, peço desculpas porque tava em duas reuniões que foram marcadas ao mesmo tempo e uma era uma questão muito pragmática de um de um avanço que tinha em torno de um tema com relação internacional para com a ministra.

Eu vou nessa linha aí que o que o Thiago colocou. Eu tive uma experiência como secretário de cultura do estado do Ceará nos dois governos do, hoje ministro, Camilo Santana. E era o espaço que eu mais gostava de estar, o espaço do CEPC. E lá, inclusive, como não tem uma legislação que trata de ser paritário. Lá setenta por cento da composição do Conselho Estadual de Cultura do Ceará, ele é sociedade civil. E a gente fez uma revisão inclusive de ampliação e foi feita uma revisão também recente. E é um espaço obviamente do debate, né, do embate, certo, das disputas, mas sobretudo na perspectiva de também estar construindo ali convergências, né? Nesse sentido, esse processo da construção, da reestruturação do CNPC, ele teve ali algumas lacunas, alguns prejuízos nas agendas, né? Na determinação de cumprir ali um calendário e tudo mais, mas ao final, eu acho que temos aí um produto muito importante. Eu já falei na reunião anterior do próprio pleno, em que esse mandato dos senhores e senhoras conselheiros e conselheiras, onde nos incluímos enquanto governo também, deixou uma entrega muito importante da reestruturação e reposicionamento do CNPC. O CNPC foi plenamente esvaziado, Vitelli lembrou isso, né? Ele não foi extinto porque tínhamos ali um artigo 216-A da Constituição que garantia senão eles tinham extinguido isso, né? E foram vocês da sociedade civil, sobretudo, que mantiveram esse CNPC em funcionamento. Onde tivemos um papel importante na realização da quarta conferência nacional de cultura, onde tivemos o Plano Nacional de Cultura e o próprio processo de reestruturação e fortalecimento, onde, aí eu acho que esse é um elemento importante, foram recuperados os colegiados setoriais. Isso era um compromisso da gestão, isso é uma demanda que veio da conferência, então a gente reposiciona de novo, compreendendo que essa paridade entre poder público e sociedade civil, ela “explode” porque os colegiados nacionais, eles têm a maioria absoluta da sociedade civil. Então, se no pleno nós temos a paridade, quando a gente amplia essa representatividade junto aos colegiados; o Vinicius até me mostrou os números, o Daniel também, não tô lembrado quantos membros da sociedade civil a gente vai ter quando conta com o colegiado. E o colegiado é uma instância de onde? É uma instância do do CNPC.

Então acho que tem uma agenda importante aí para para tocar, né? E é isso que eu queria trazer aqui, reforçando talvez um pouco o que o Thiago falou. Pena que eu não ouvi o Thaynã, peguei um pedacinho aqui do Vitelli, mas as críticas, ponderações e o debate são muito importantes. Eu quero firmar aqui a importância desse legado também dessa entrega, sabe, Thaynã? De como ela tem uma agenda aí pra gente tocar nesse processo eleitoral e eu acho que é criarmos a comissão eleitoral e avançarmos aí pro fortalecimento do CNPC. Obrigado.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Há mais um conselheiro inscrito?

THAYNÃ PAES

É, faltou a Lucimar, a Lucimar, era nossa cota feminina, mas não conseguiu estar presente. Mas só uma palavrinha pequenininha assim, antes da gente conduzir, gostei muito da questão que o Thiago trouxe aqui,

eu acho que seria muito bom se a gente, enquanto câmara pudesse caminhar dessa forma. Que é de fato, sabe, Fabiano, porque a gente votou lá a questão dos colegiados, ok, né? A gente tem, né, visões diferentes sobre o processo, mas foi votado. Da forma que foi, também que tem algumas críticas à forma que foi, mas foi votado, né? Eu acho, sabe, Fabiano, se a gente tivesse aproveitado de fato, esse ano de 2025, da Câmara para nós, Câmara de Reestruturação, discutir a reestruturação e discutir a composição também, porque é função nossa essa discussão, né, apesar da gente não ter conseguido caminhar, né, com uma proposta dessa discussão, a gente teria avançado muito, sabe, Fabiano. Na experiência que você tem, né, no Ceará, desde o começo, quando a gente pensou na reestruturação, era uma experiência que a gente, né, queria olhar. A gente chegou a escutar, né, não lembro quem, mas, uma pessoa representando o Conselho do Ceará. E aí vocês têm, né, os territórios, enfim. A gente poderia ter um diálogo avançado, se a gente de fato usasse da reestruturação para fazer esse debate entre os conselheiros. Mas a gente sempre ficou mais nesse bate-volta com a coordenação do que entre nós mesmos, conselheiros, que teria essa função. Mas tudo bem. O que interessa agora, eu acho, que é bem isso. O que que a gente vai fazer a partir das tantas outras contribuições, em relação as competências, a estrutura, a comissão de ética e transparência, a incidência no sistema nacional de cultura. Eu acho que é isso que nos interessa e se a gente conseguir, de fato, ter uma resposta democrática sobre isso, não uma definição, “ah, vai ser assim”, igual o primeiro e-mail, que trouxe essa impressão e foi o que eu entendi a princípio. Eu acho que a gente consegue ter uma entrega razoável aí pra câmara, onde a gente consegue ver que todo esse esforço teve algum sentido. Então, espero que a gente consiga caminhar com essa proposição. Nem que seja na próxima reunião do pleno. A gente tem dois dias de reunião, se a gente tirar o primeiro dia pra poder discutir esse quadro que o Vinícius já montou, também me coloco a total disposição. Se necessário, a gente reunir da câmara pra afinar melhor esse quadro.

Mas ali tá as contribuições em relação à estrutura, competência, que a gente trouxe desse debate da câmara e refletiu muito entre sociedade civil e com esforço fez uma proposta, né.... não ideal, não perfeita, mas uma proposta que tem muito das demandas históricas da sociedade civil e que não podem ser decididas igual a princípio, eu entendi que seria; a partir de uma reunião discutir a composição da sociedade civil, definir tudo como se tivesse sido uma votação, como se tivesse havido algum acordo em relação a todos esses componentes que são tão quanto, eu acho que até mais importante, do que o próprio número e quem vai estar enquanto representante da sociedade civil no conselho. A atribuição do conselho, a locação, tudo isso é muito importante, né.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Vitelli está inscrito.

FELIPE VITELLI

Oi, Beleza? É só a importância de quem vive e de quem apenas existe, né? O bom é viver. Então, tem muita história pra contar, né? E quando eu chego lá, que o Thiago estava junto com Guilherme ali no governo, já tinha uma história anterior na questão da construção tanto do FAC, que é o Fundo de apoio à cultura, quanto do próprio CCDF, né? E a pancada foi dura porque era resto da ditadura e a gente querendo jovem mudar as coisas. Aí quando chego em 2016 com o Thiago, o Guilherme e todos os mais daquela turma todinha, que a gente tinha que ver, até construir a LOC dá nisso. O que me preocupa são os mornos, né? Bem bíblico, né? É preferido os quentes e os frios do que os mornos. Equilibrista em cima do muro não sabe que o muro é sempre do inimigo, né? E pode ir pros dois lados, o que cair ele tá dançando. E aí no

Ceará, Piúba, eu tenho uma história construída lá que é em Icapuí. Com aquela turma que chegou lá para transformar o distrito de Aracaju.

FABIANO PIÚBA

Então você vai me contar essa história depois.

FELIPE VITELLI

É um aprendizado fora do comum, cara. Então é essa a construção que a gente tem que fazer.

FABIANO PIÚBA

Pensamento participativo, prestação de conta na parede do que gastou mensalmente.

FELIPE VITELLI

Exatamente. Morei na praia de Quitérias e fui pescador artesanal com o Manzotti.

É, cara, não é assim tão fácil essa história, não. Mas enfim, são aprendizados que a gente tem. Quando chega agora nesse momento aqui, de todas as pancadas, as divergências, é que os dois lados construíram, não tem esse negócio de jogar. E volto a afirmar, me preocupa muito quem tá na condição fria. Não, na condição morna. Na condição quente e na condição fria tá construindo. Me preocupa, mas não é problema nosso não, né? Cada cabeça é uma sentença. O que a gente tem que se preocupar é o daqui pra frente, tá? Aí não tem inimigos aqui, né? E nem coisa porque... a gente elegeu esse esse governo, a gente sabe o que ele construiu, a mesma história sua, o Piúba na questão com Camilo, né? Que agora está no MEC, se não me falha a memória, né? Na educação. Que a gente sabe como é que é o legado deixado. Lá no Ceará, é fácil você atravessar o Ceará, você vê as modificações de quem tava na década de 80 com a turma do PCdoB querendo construir alguma coisa no sertão. Né? Então é isso aí. Então, gente, daqui pra frente, qual é o diálogo dessa câmara com a outra câmara? Para que a gente possa de fato entregar, fazer uma entrega com legado para a sociedade civil... porque é aquilo que eu falei... o que a gente tem que se preocupar é com o inimigo, né?

Que aí como... não me lembro se foi você, não sei quem foi que falou sobre o ano agora, esse ano, é um marco divisor. Ou a gente permanece para continuar a revolução e transformando essa sociedade ou vai ter retrocesso. Então, é o que a gente vai deixar garantido nessa construção todinha. A gente sabe como é que é todo o processo... como é que foi aquela quarta conferência, como a gente soube, como é que foi a sexta aqui dentro do DF?

Então são construções que a gente tem que tocar e fazer. Vamos nessa. Tamo junto. E mesmo com divergência, mas estamos juntos. Vamos nessa.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Tem mais alguém inscrito? Senão, eu queria só fazer um comentário rápido. Algum conselheiro quer falar?

LINDIVALDO JR.

Vinícius, me dê licença. Vamos ver qual é o encaminhamento? Você conseguiu captar com o Daniel?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

É... eu queria fazer um comentário e sugerir... o que ficou ponderado aqui.

Bom, acho que assim, o principal questionamento é... há um questionamento de conteúdo em relação ao decreto que foi discutido, e aí o decreto que foi apresentado pela sociedade civil aqui da Câmara, na reunião do plenário, e ao formato de composição que foram aprovados na reunião. E acho que é uma discussão inclusive de como isso foi conduzido. Mas há uma discussão em paralelo que é uma discussão sobre o conteúdo. Então, há uma discussão de forma e uma discussão de conteúdo.

Assim, cheguei ao conselho há pouco tempo, então, assim como o Thiago, o Thiago está no Minc há muito mais tempo do que eu, mas acompanho esse processo de participação social desde que eu estou no Iphan, pelo menos como servidor público, acho que é de onde eu falo. Acho que o esforço que a Coordenação Geral empreendeu junto com o poder público e a sociedade civil, foi de... entregar um produto que fosse totalmente distinto, né? Ou que fosse distinto daquele que vinha do Decreto nove oito nove um de dois mil e dezenove, né, com o seu regimento interno. E a gente sabe, aí eu concordo pessoalmente inclusive, o quanto ele é limitado do ponto de vista da participação social, o quanto ele pouco entrega a conselheiros da sociedade civil e do poder público, né? É, enquanto colegiado de pactuação. Embora a lei, né, a lei 14.835/2024 tenha trazido muitas inovações e muitas questões positivas, ela é um fruto de seu tempo de 2012, né? Então ela tem suas limitações institucionais daquele momento. Acho que parte do esforço da discussão da reestruturação também foi qual o melhor desenho para ampliar um pouco do que a lei já trazia como possível, né? Mas o que é mais possível que o conselho possa fazer, mas sempre entendendo e aí eu acho que enquanto coordenação e enquanto técnico, eu faço esse aparte, que o conselho continua sendo um conselho de política pública e continua sendo um conselho de Estado, né?

Há muitas limitações funcionais às quais o Ministério da Cultura e aos próprios gestores têm que se submeter. Acho que grande parte do meu esforço enquanto técnico nesses últimos tempos foi ao longo dessas tabelas que foram construídas, esses comparativos, ponderar também aquilo que, por força legal, o Conselho até poderia fazer, mas isso geraria, inclusive, algumas limitações do ponto de vista da gestão, né? Porque gestores, gestoras continuarão sendo responsáveis pela execução do orçamento, pela definição de prioridades, ouvido, deliberado e sendo fiscalizado pelo Conselho, né? Essa é uma necessidade.

E já indico que fazendo todas as considerações críticas em relação à forma, mas em relação ao conteúdo, ao que eu vi, ao que a gente considerou nos últimos tempos... o Conselho Nacional de Política Cultural, nesse desenho atual, ele é o único conselho com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, que vai se ater a todas as competências do Sistema Nacional de Cultura e aquelas determinadas pela lei, para além de outras que foram acrescentadas, com caráter representativo segundo os critérios que foram ponderados por boa parte dessas discussões, né? Trago exemplo da saúde, da assistência social, por exemplo, do meio ambiente.

Na saúde tem uma sobre-representação da sociedade civil, a lei o permite naquele caso, né, mas não há, por exemplo, definição de critérios territoriais, ou outros critérios políticos para a composição do plenário, né? Então, acho que o desenho que se chegou, na forma limitada ou não, dependendo de como se avalia, na reunião de fevereiro, ele é um conselho que, em relação a outros conselhos nacionais de políticas públicas, ele tem avanços intensos e consideráveis em termos de representatividade, em termos de atribuições.

Mas isso não descarta ou exclui, as possíveis críticas, eu acho que podem ser feitas, né? Eu, de onde eu vejo, né, aqui é, o poder público considera que esse conselho proposto é dez, talvez a sociedade civil diga: "não, é seis, é sete". Se a gente tivesse mais tempo, a gente poderia chegar a um dez conjunto ou a um nove conjunto. Não sei, né? Mas acho que diante, né, das circunstâncias de retomada das políticas culturais, e aqui acho que eu tô fazendo uma fala política dentro da minha perspectiva também, né? Acho que é isso que é importante frisar. Não é uma fala puramente de alguém que é servidor, que acompanha a participação social. Acho que tem uma leitura também institucional sobre esse processo. É, sim, acho que o poder público deveria ter se integrado desde o começo a esse processo de estruturação. Acho que boa parte das deficiências relacionadas a esse processo, inclusive a esse momento de clímax, digamos assim, dessa desse relacionamento entre conselheiros, é derivado um pouco dessa ausência, dessa ausência relativa do poder público, que tem a ver justamente também com essa retomada, né? Com um esforço insano por parte do Ministério da Cultura e de seus gestores de entregarem políticas que há quatro anos simplesmente ou eram inexistentes ou foram colocadas para debaixo do tapete. Né? Então, o esforço de reconstrução ele é um esforço grandioso e que muitas vezes tira tempo daquilo que também é importante. E eu acho que aí, esse é um recado para o poder público de que a participação social é tão importante quanto todas as outras das políticas nacionais.

Esse é um esforço que a gente faz em quanto coordenação geral aqui do conselho, todos os servidores, né, cargos que estão aqui, de ponderar isso para cada um dos gestores, secretários, diretores do Minc. E que a participação social não é um detalhe da construção das políticas, ela é um princípio, ela é uma premissa. Ela deve estar em todos esses elementos da construção.

Mas eu acho que isso, né, chega a um limite de tempo, né, de consideração do que deve ser entregue, quando deve ser entregue e como deve e como será entregue. Eu acho que ficará para essa câmara e aí eu vou ponderando, né, acho que fica para deliberação e consideração de todos os conselheiros é encaminhar neste relatório todos esses questionamentos, todas essas críticas que foram ponderadas e eventuais indicações de que inclusive, "olha, o poder público, né, optou por uma minuta que não respeita ou que não traz os elementos que a sociedade civil aqui da câmara consideraria pertinentes".

Até porque eu acho que cabe ao plenário, enquanto de fato instância, colegiado deliberativo, entender se de fato há outras alternativas para esse processo ou se é preciso seguir adiante. É, eu acho que a opinião de conselheiros da sociedade civil, Vitelli, Thaynã, é fundamental no âmbito dessa câmara, mas ela pode ser trazida para consideração de outros conselheiros, né, para entender: "olha, realmente o poder público fez o que deveria fazer ou não fez o que deveria fazer". Diante disso, a gente considera "X, Y, Z". É, para que mais conselheiros participem. O que não impede, por exemplo, de que estes membros, enquanto conselheiros da sociedade civil e do poder público, participem ativamente da discussão que já está aberta, mas acho que de forma mais direta, da outra câmara dos colegiados nacionais, agora, usando o nome atualizado. Porque eu acho que, ao se definir o formato e a composição, se definiu esse vínculo, indireto ou direto com os colegiados e uma parte desse processo de conversa do conselho com o poder público e a sociedade civil. Mas acho que essas duas coisas podem caminhar juntas. Tanto o lado de apontamento crítico por parte de conselheiros da sociedade civil, de defesa do poder público em relação aos seus

encaminhamentos, quanto uma discussão que caminha em paralelo na outra câmara dos colegiados e que pode ser feita por mais conselheiros.

Como vocês devem ter visto, na outra câmara participaram Ibram e FAN, enfim, estiveram presentes mais ativamente nessa discussão, a conselheira Fernanda também esteve lá presente, fez até algumas indicações de proposta. Acho que nada impede, no formato que a coordenadora Carmem adotou, de que mais conselheiros participem. Mas essa é, de onde eu vejo, a indicação de que nesse relatório traga todas essas críticas, isso seja levado a plenário, seja discutido por mais conselheiros e mais conselheiras e a gente continue essa discussão de forma ampliada com outros conselheiros também. Mas eu não sei se nessa proposta, aí eu me submeto a vocês, a gente tá conseguindo absorver todas essas críticas, né? Enquanto coordenação, mas tudo isso sempre sujeito ao que vocês decidirem.

É, desculpa se me alonguei, Thaynã. Não queria falar tanto, mas é, passo a palavra você agora e a quem mais quiser se manifestar.

THAYNÃ PAES

Bom, né, acho que é importante essas considerações, mas eu acho que são duas coisas diferentes. Eu particularmente... uma é se, de fato, o conteúdo todo que a gente elaborou que foi construído naquele documento que você fez, Vinícius. Se a gente vai ter oportunidade de, de fato, discutir, deliberar no pleno, encaminhar isso, porque, vários colegas querem discutir isso, entendem a importância disso. E a gente sabe que isso é muito importante, não é só a questão da composição. A questão da composição, de certo modo, foi vencida, com todos os apontamentos sobre o processo que a gente vai fazer no relatório. Mas é, de fato a decisão sobre como vai se dar esse decreto, sobre as atribuições, sobre o que que de fato tem a ver com a reestruturação do conselho, né? Se a gente vai ter esse debate ou não, eu espero que sim, pela fala do Thiago, com certeza o Vitelli, acho que Fabiano também, tem essa vontade, pelo que eu entendi; de que a gente consiga trazer pro pleno essa discussão, na próxima reunião, ou afinar mais entre nós, mas eu acho que já tá bem afinado, assim, entre os limites, né... que o poder público vê e o que a gente propõe e levar pro pleno para discutir, né? E eu acho que a gente podia fazer isso, enquanto proposta, fazer isso no primeiro dia da reunião e no segundo dia as outras discussões. Eu acho que a questão, em relação à outra câmara, ela vai decidir, vai discutir o que que ela tem que discutir agora, né? Que é os colegiados setoriais, como que vai funcionar, né? Como é que vai ser a composição dos colegiados setoriais? Ok, isso é uma discussão dessa câmara, mas a nossa é a reestruturação. Então a gente vai ter o direito de fazer ou não vai, né? Isso que eu acho que a gente tinha que definir aqui depois do relatório, né? São duas coisas. Uma coisa sobre a deliberação que não foi feita sobre a reestruturação e outra sobre o relatório.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

Algum conselheiro quer se manifestar? Secretário executivo?

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Então, acho que é isso... vamos encaminhar a parte do relatório e o que Thaynã tá colocando não é uma proposta material, é de método, de diálogo. Acho que para hoje se a gente conseguir... e aí vamos nos apropriar melhor, inclusive, de como estão essas coisas, mas a reunião do plenário são dois, três dias, né?

Então, é um processo mais qualificado mesmo, de pensar um método, pauta, divide ali, destrincha primeiro dia discute isso, segundo dia aquilo. Para hoje aqui, pelo que eu entendi da sua fala Vinicius, tem que ter um encaminhamento formal de um de um resumo, de um relatório assim, mas que o mérito, assim, mais uma formalidade e que o mérito das coisas a gente vai debater no plenário, não é isso?

Pronto, pronto, vamos lá, Júnior.

LINDIVALDO JR.

[01:15:42,392]É, eu eu acho que a gente tem que dar um encaminhar aqui em relação ao relatório propriamente dito, né? Se a gente tem, porque um um relatório final do trabalho da comissão, na verdade, tudo que foi feito, os passos que foram dados do trabalho da câmara, da câmara aí no processo de discussão da restituição, tem relatórios parciais, eh, feitos pela nossa equipe, né? Que vai ali talvez uma alguma complementariedade, né?

LINDIVALDO JR.

[01:16:11,642]eu não sei, talvez o Daniel possa falar um pouco sobre esses relatos, porque nós temos, sim, é, é, eu tô preocupado com com algo que a câmara possa arredondar o seu trabalho e apresentar pro conselho, né? Então, e eu acho que que pelo material que a gente tem aqui, talvez que o conselheiro faça um resumo do que a gente tem, dos passos dados até agora e devolver pro conselheiro, sair na sua assinatura da câmara, pro, pro pressa câmara, apreciar, ver o que falta, entendeu?

LINDIVALDO JR.

[01:16:45,842]ver, fechar o formato do do relatório, porque precisa sim, eh, ter um relatório de trabalho, porque esse relatório é um relatório que vai dialogar com o relatório final

LINDIVALDO JR.

[01:16:58,492]do legado, que é assim, se chama do legado do mandato do conselho, sabe? Então, acho que antes de apresentar lá o relato de trabalho para fechar essa essa esse pedaço, esse momento, talvez o material que a gente tenha com um pouco do que foi os passos dados até agora na câmara seja validado por essa por esse grupo, né, e complementado, vamos dizer assim, pela nossa equipe trabalhar em cima, mas a gente tem muito relatório prévio, muito relatório prévio. Tudo foi, eh, eh, anotado, tudo foi registrado, entende?

LINDIVALDO JR.

[01:17:36,442]Então acho que a gente tem que com... fechar esse esse relatório, sabe? Porque na na na reunião... essa essa reunião do conselho é a última reunião.

LINDIVALDO JR.

[01:17:51,502] mandato. Vocês viram aí o material do do jurídico. E ela precisa, eh, ter, eh, ficar registrado a força que foi esse processo, entendeu? Pra pra gente poder compor comissões e por aí vai, os trabalhos de desdobramento, né? Da da reunião.

LINDIVALDO JR.

[01:18:12,202] Não era nesse sentido.

LINDIVALDO JR.

[01:18:16,262] Eu traria o resumo do que foi

LINDIVALDO JR.

[01:18:20,642] O esse trabalho para preparar a fala na reunião que vem, entregava os aos conselheiros da câmara, eles comentam o relato e aí se devolve para a gente consolidar e fazer uma boa apresentação.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:18:40,802] É, só queria ponderar, Júnior, rapidinho, tá? É só falar que em termos de regimento não há uma determinação de como deve ser construído esse relatório. Inclusive, ele não atribui isso ao coordenador, apresenta o relatório no plenário, tá? Mas essa pode ser uma construção coletiva. É, cada câmara decide um pouco na ausência de determinações, né, mais específicas, o que fazer, né?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:19:04,252] É, mas é isso. A expectativa é acho que que todas as câmaras, as três, apresentem seus relatórios e aí eles sim, eles têm que ser aprovados por maioria simples no plenário. É, mas o conteúdo em si deles, ele é variável. Né? A gente havia feito uma proposta de esqueleto, acho que numa reunião de novembro, se não me engano, mas essa não é uma proposta fechada. Ela sempre pode, ela é tipo um acordo dos conselheiros aqui.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:19:29,212] final

THAYNÃ PAES

[01:19:32,672] Então, só pra ver se eu se eu entendi mesmo. Então a gente vai ter essa oportunidade, né? Fica fica indicado isso, né, enquanto uma vantagem da câmara e, né, parece que, né, é Junio já traz que haverá então a possibilidade, né, de talvez no primeiro dia, eu acho melhor o primeiro dia, e talvez seja o caso, sabe, Junio, de se pensar três dias de reunião pra poder dar conta de tudo tendo em vista que

é a última reunião, se necessário, que geralmente são dois dias, mas que o primeiro dia, né, a gente consiga debater, discutir sobre aquele quadro que foi elaborado, né, em relação às contribuições ao decreto, né, e e fazer isso no plenário.

THAYNÃ PAES

[01:20:11,242]Se a gente faz isso, eu acho que a gente, sabe, a gente melhora assim, na, né, a relação, né, de tudo que aconteceu, a gente consegue, né, fazer algo com, né, que vai dar pra ver que houve aí uma incidência, né, um respeito a esse, esse acordo. Então, acho isso bom. Se a gente for fazer isso, eu acho que já é um avanço. Aqui, sabe, fica até mais, mais aliviado, porque eu tinha ficado realmente muito chateado, sabe, assim, né, além de, enfim.

THAYNÃ PAES

[01:20:38,742]Fala. É, em relação ao relatório, né, é... Eu acho, né, que foi feito um relatório primeiro, né, é o que seria o relatório parcial, né, que a gente não não não encaminhou. Eu acho que deveria se olhar para esse trabalho, sabe, o Ministro da equipe aí, desse relatório parcial feito primeiro, ele tinha bastante coisa que não tava aparecendo nesse segundo, né? Eu acho que todos esses...

THAYNÃ PAES

[01:21:05,722]Os pareceres, né, todos os documentos, todos os estudos técnicos, né, tudo que foi feito no processo, eles devem, né, é compor o relatório, né, gente, demonstrar que de fato, né, foi uma curva muito grande, né, as escutas com os conselhos, né, teve um relatório disso, da escuta na conferência, teve um relatório disso, enfim. Tem bastante material para compor esse relatório, né, demonstrando o trabalho que foi feito, né, e a partir disso,

THAYNÃ PAES

[01:21:33,522]né, é a gente enquanto sociedade civil dá uma olhada, né, se necessário, né, é faz as sugestões para adequar, né, para que esteja mais, né, é de acordo com com com com as diferentes visões, se necessário. E apresenta, né, e cumpre essa formalidade, né, do do relatório. Mas mais do que a formalidade do relatório, que ela é importantíssima e deve ser feita, né, eu quero mesmo que, né, ver essa questão de de de fato a gente, né, incidi nesse processo e conseguir, né, é colocar, né, esse acúmulo todo nesse decreto de reestruturação e ter isso mais representativo, sabe?

THAYNÃ PAES

[01:22:13,812]E acho muito bom, sabe, se esse é o caminho, sabe. Eu acho que houve uma mudança, né, a princípio, né, no primeiro e-mail que foi enviado. Não não teria mais espaço para isso, né, seria definido exclusivamente pelo Ministério com base, né, nas contribuições, mas não seria deliberado, decidido, né, entre a Câmara nem o Conselho. Mas se se vai para isso, já já é um bom avanço, assim, né?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:22:43,052]É, só queria comentar em relação ao relatório, acho que em relação ao plenário, os outros conselheiros até podem se manifestar. Eu posso encaminhar para vocês, enquanto conselheiros, o que foi feito no relatório parcial, é, também encaminhar documentos que foram produzidos depois desse relatório, e acho que aí eles dimensionam um pouco qual a tarefa descrita, né, assim de de necessidades.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:23:07,152]eh, se aí acaso, talvez o

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:23:10,492]O Venício, não, eu vou fazer assim, só dessa parte do relator, né?

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:23:15,392]Porque, assim, até pelo prazo, assim, e pela fala todo mundo, eu entendo que o relator é isso, é um relato, né?

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:23:25,512]Ele até chamou de formalidade aqui duas vezes, mas ele comprou uma importância como se fosse um histórico também, então

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:23:31,832]eh eh eu acho que que ele não ajudar, tá aí não, Vitelli, me ajudar, ajudar Fabiana, assim. A gente não vai ter condição de pegar, juntar um monte de documento, escrever. Eu ia sugerir na equipe técnica, vocês de fato escreverem uma minuta com tudo isso que tá aí não falou, escrever uma minuta toda do relatório feito por agente.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:23:54,962]E aí a gente lê e opina eventualmente no concreto, dizendo: "Ah, ali no parágrafo dois, eu adicionaria tal coisa, trocaria tal palavra, tal." Porque se é assim, se for esperar que eu... pensando, imaginando todo mundo aqui, né? O painel, mesmo sendo coordenador, não é razoável esperar que ele faça um relatório de quatro, cinco páginas, lembrando da... Assim, eu ia sugerir vocês escreverem enquanto a equipe técnica e aí a gente valida.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:24:22,952] eh, pode ser num num num link do Drive, estabelece um um prazo, né? eh, eh, porque é isso, é no espírito do relato, né? de de de contar, tal. eh, eh. Então, hum, não não sei, assim, que que eu sugeri que você já mandar uma proposta de relatório mesmo, sabe? Meio escrita.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:24:47,762] Posso fazer tranquilamente, podemos fazer, só precisa do aval do tribunal.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:24:52,512] Se vocês me derem o aval, nos derem o aval, a gente escreve, manda e aí submete a considerações, né?

THAYNÃ PAES

[01:25:01,112] Eu acho que é bom também, né, nesse sentido, né? Quando eu falei desses documentos antigos, eu falo, né, para que eles fiquem em anexo, né?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:25:09,842] Ah, eu já, a gente pode, acho que eu... eles estão até aqui numa pasta, eu já fui até procurar, estão aqui, acho que nesse meio do relatório, você pode compilar, eles não estão indicados no relatório e todos viraram anexos mesmo, acho. É, mas se vocês acharem por bem, a gente manda, eu... sei lá, para não ser enviado hoje, peço desculpa, não teremos tempo de enviar, mas eu acho que... eh, e aí acho que vai ser o caso de a gente, eh, avaliar se é possível fazer essa ponderação em troca por e-mail ou se a gente precisa marcar mesmo, que seja uma conversa mais breve para...

LINDIVALDO JR.

[01:25:43,792] O Vinícius, o que eu tenho a colocar é que a gente, eu eu li um material da da coordenação que indica quando a gente faz os relatórios nossos aqui de trabalho do trabalho, tem muita coisa registrada, entende? Não tô não tô falando do, por exemplo, aconteceu um estudo, vai botar o estudo ali dentro.

LINDIVALDO JR.

[01:26:02,192] Não, não é isso, entendeu? Então você tem um conjunto relatório, relatório pensando que seja pública público para um relatório para as pessoas que olharem entenderem o que a gente tá, o conjunto dos outros conteúdos, eles sim, eles serão disponibilizados, mas não é esse o relatório que tá, tá entendendo? A gente tem que fazer um relatório do que a gente fez, o que aconteceu. Ó, nós fizemos uma conferência nacional de cultura, tivemos tantas comissões. Pa, nós tivemos cinco mil e tantas pessoas, tivemos um... entendeu?

LINDIVALDO JR.

[01:26:32,712] a gente tem dados, dado um, a gente teve, é, tantos conselheiros, tantas reuniões, a pautas principais do conselho. A gente tem um material inicial desse que ele é um caldo no formato do conselho, que esses conselheiros, que essa câmara vá avaliar, ó, falta tal evento, falta tal atividade. É, vai na na minúcia, não precisa ir na minúcia, para isso que as minúcias vão estar, né, em todos os outros documentos que todo mundo já já vai ter tido acesso, né, os estudos, tem tido acesso, aquele estudo gigante que foi feito, que foi feito para subsidiar o entendimento da gente sobre o novo modelo de conselho com o histórico dos conselhos.

LINDIVALDO JR.

[01:27:12,842] Isso está disponibilizado também na nossa página. Fato é que a gente precisa olhar, o que eu falo de relatório, é que a gente precisa ter uma boa narrativa para os conselheiros na reunião, porque essa mesma narrativa ela vai ser pública. Então quando a Taianã ou Fabiano ou qualquer que seja dos nossos conselheiros for fazer uma fala, ela tem um roteiro ali, ali de relatório, que é entendível para quem é conselheiro e que está aí fora do conselho como legado dessa câmara no processo de reestruturação desse desse formato. É, é, é nesse sentido, ele não vai ser uma coisa tão longa.

LINDIVALDO JR.

[01:27:50,302] Então tu não quer saber.

THAYNÃ PAES

[01:27:52,522] É, não, eu falo mais enquanto anexo mesmo, sabe?

LINDIVALDO JR.

[01:27:55,612] Zaključno

THAYNÃ PAES

[01:27:56,192] para que esses documentos, né, a partir do relatório, quem quiser referenciar, né?

LINDIVALDO JR.

[01:28:00,542] by the link

THAYNÃ PAES

[01:28:01,672] vai conseguir a partir do relatório ter acesso a todo o conjunto documental que a gente produziu, que não foi pouca coisa nesse processo todo, que é um conjunto que pode contribuir, né, para

muita gente aí, para estudos, enfim. Mas eu acho que esse é o caminho mesmo, né? É, propor alguma coisa, né, nas discussões que a gente fez, né, a gente já deu algumas contribuições também nesse relatório, tentar, dentro do possível, absorver isso, né, para que a gente não tenha, né, é, que já foi colocado. E é isso. Eu acho que é isso. Eu acho que, né, com essa proposta, com essa proposição,

THAYNÃ PAES

[01:28:37,332] da gente chegar no pleno, na última reunião, né, e poder de fato discutir e deliberar sobre o que que a gente propõe e acumulou na câmara, né, o relatório já sai com um tom diferente, né, ele não vai sair com um tom, né, de que pelo menos por parte da sociedade civil das contribuições que caberiam, né, com um tom de que não houve discussão, de que foi tomado, né, uma decisão unilateral, né, a gente entrega o relatório, né, com com as questões pro pleno discutir, conversar, né, já é diferente, né. Então, e isso melhora o clima da reunião, né, de um modo geral.

THAYNÃ PAES

[01:29:12,012] a gente faz uma reunião numa, né, num num num estado de espírito melhor, né, do que numa numa situação que que tava posta até então, né?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:29:26,492] Perfeito, então, eh, eu vou acessar, né, toda essa documentação, inclusive as contribuições que vocês fizeram, Taina, em relação ao relatório, eh, para já indicar e aí mando também o relatório parcial quando a gente mandar o relatório final para vocês, para entender inclusive se tem elementos que devem estar em um, que, enfim, estavam no outro e não estão em um, eh, inclusive sobre essas considerações sobre esse andamento final dos processos. Eh, e aí a gente conversa por e-mail, né? É, vocês fazem suas indicações e aí a gente avalia se é necessário chegar a uma redação final em reunião ou se ali a gente já tem uma consideração.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:30:06,432] Acho que vai ser o caso de a gente abrir um documento online, talvez, e colocar ele em formato de sugestão para que todo mundo comente, todo mundo acompanhe um pouco os debates, né? Em vez de cada um baixar uma versão própria e enviar as suas versões, e aí a gente corre risco de a pessoa responder só o e-mail da coordenação e não responder aos outros conselheiros, gerar um ruído de comunicação que pode prejudicar o documento final.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:30:31,662] Início, já peço também para vocês avaliarem a ata, a ata que eu encaminhei agora no começo da reunião, a ata da última reunião, né, que a gente teve previ à reunião extraordinária. É, acho que é o caso de a gente discutir algumas das coisas. É, se aprovar a ata com as reformas que foram possíveis, a gente bota no site.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:30:50,602] Beleza?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:30:53,322] Passamos dois minutos do nosso horário previsto, né? Acho que não é um problema porque a gente começou dez depois.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:30:59,962] É, pessoal, muito obrigado, eh, tenham uma boa semana. É, fiquem bem, né, e a gente se vê em breve, eh, por e-mail, ao vivo, na reunião.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:31:14,302] Olá pessoal, até mais.

THIAGO LEANDRO ROCHA - SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

[01:31:16,522] Pra quando a reunião aí? Acho que é dia 12, né?

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:31:19,122] a reunião plenária a gente vai, a reunião ordinária a gente vai iniciar o processo de convocatória, Vitieli, mas a gente vai enviar em breve, tá bom? Mas é no início de abril.

THAYNÃ PAES

[01:31:28,362] Инженер

LINDIVALDO JR.

[01:31:29,622] É, a proposta é de ter um de abril assim tá consultando porque tem que consultar.

FABIANO PIÚBA

[01:31:34,882] é presencial, Júnior.

LINDIVALDO JR.

[01:31:36,422]É, essa é a presencial que a gente tá tendo que consultar todo mundo, todo mundo e se a gente internamente, a gente faz essa movimentação de consultar os gabinetes e ter o retorno, né? Não pode até porque é a ministra, o gabinete da ministra que assina, né? Então, tem um conjunto de consultas aí. Aí a gente deve terminar isso hoje na nossa burocracia pública, tal.

LINDIVALDO JR.

[01:31:59,372]Ah

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:32:00,782]Fantástico

THAYNÃ PAES

[01:32:01,932]Senhores, garantir a presença da ministra nessa é importante, viu, pelo menos na última.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:32:08,182]Esse é o esforço que estamos fazendo já desde agora.

THAYNÃ PAES

[01:32:12,262]Allez.

FABIANO PIÚBA

[01:32:13,642]Um abraço.

LINDIVALDO JR.

[01:32:14,462]Valeu, obrigado, menino.

VINICIUS PRADO JANUZZI - COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CNPC

[01:32:16,002]Quando encerrar a gravação.